

A Educação para/com idosos: caminhos alternativos de inclusão social

Education for / with the elderly: alternative paths of social inclusion

 Rita de Cássia Fraga da Costa

Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE
Bolsista CAPES/PROSUC
ritadacosta08@gmail.com

 Taiza Mara Rauen Moraes

Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE
moraes.taiza@gmail.com

 Silvia Sell Duarte Pillotto

Universidade da Região de Joinville- UNIVILLE
pillotto0@gmail.com

Resumo: Diante do envelhecimento emergente da sociedade contemporânea, o desafio é repensar a educação para esse cenário. Em uma sociedade em que a velhice se amplia quantitativamente ante as demais etapas da vida, faz-se necessário (re)significar o papel social do idoso nos espaços formais e não formais da educação. Com base em um levantamento documental e bibliográfico, este artigo pretende socializar resultados de um estado do conhecimento que indica elementos documentais e considerações de autores que refletem sobre histórias (auto)biográficas dos sujeitos, especialmente dos idosos. É fundamental nossa busca por caminhos alternativos de inclusão social de idosos nos processos de educação, direito inegável de toda a sociedade.

Palavras-chave: Educação com idosos. Envelhecimento. Inclusão social. Metodologias. Papel social do idoso.

Abstract: In the face of the emerging aging of contemporary society, the challenge is to compensate Education for this scenario. In a society in which old age expands quantitatively before the other stages of life, it is necessary to (re) signify the social role of the elderly society, in the formal and unformed spaces of Education. From a documentary and bibliographic survey, this article indicates social results of a state of knowledge, which indicates documents and considerations of authors that reflect on biographical (automatic) stories of individuals, especially the elderly. It is fundamental, our search for alternative ways of social inclusion of the elderly in the Education processes, an undeniable right of the whole society.

Keywords: Education with the elderly. Aging. Social inclusion. Methodologies. Social role of the elderly.



Iniciando a conversa

Em qualquer tempo humano e/ou enquadramento social, vivemos no devir da aprendizagem, ação constante que envolve decisão, iniciativa, disponibilidade e relacionamento. Assim sendo, integrar uma comunidade acompanhando suas novidades e atualizações implica dizer que estamos inseridos em processos educativos (BRANDÃO; SILVA; REBELO, 2003). Em decorrência disso, a educação é cara a qualquer um de nós. Independentemente do seu campo, formal, informal ou não formal, a educação é fonte de subsídios à (re)novação e/ou à manutenção das nossas relações sociais, políticas e culturais. Gohn (2006, p. 28) (res)significa a discussão ao refletir comparativamente sobre a educação formal, “desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; [...] e a educação não-formal [...] que se aprende ‘no mundo da vida’”, em que as relações são estabelecidas com o objetivo de aprender/ensinar.

Somando-se a esse entendimento, tratamos de uma educação pela democratização do conhecimento, na busca de um perfil de educação permanente, tais como nos termos propostos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), nos Fundamentos da Educação para o Século XXI, que, segundo Werthein (2000, p. 11), priorizam ações para “o combate a ignorância e a universalização do acesso de todos ao conhecimento disponível”.

Nessa perspectiva, compreendemos a educação como possibilidade de (trans)formação elaborada na dimensão da sociabilidade humana e, com base nesse entendimento, buscamos refletir sobre a educação não formal, que ocorre à parte da escola, mas também, por vezes, de modo paralelo às práticas escolares (GOHN, 2011).

Os campos da educação não formal podem estar agrupados em torno da aprendizagem dos conteúdos escolares, da alfabetização e/ou de outros conhecimentos, como ocorre na educação popular e/ou na educação de jovens, adultos e idosos. Ainda, pode-se abranger “a educação gerada no processo de participação social, em ações coletivas não voltadas para os conteúdos da educação formal”, conforme Gohn (2011, p. 109). Ou seja, na interação social, a educação não formal é um tempo/espço com efetivação estabelecida em contratos tramados nos desejos de aprender, no acompanhamento da vida¹ (COSTA, 2019).

Por outro viés, é possível pontuar a educação não formal como proposta ativa nos processos de elaboração de si, na (re)novação da subjetivação de seus envolvidos e na promoção de (res)significações nas relações com os outros, implicando (re)construções identitárias e

(re)formulações culturais. Conforme afiança Gohn (2011, p. 14), a educação não formal é “um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade”. Esse modo de educar e educar-se constitui um espaço de trocas dialógicas, que podem fazer-se presentes na nossa vida, pois constroem multiplicidades de espaços e propostas educativas compreendidas como “estruturas sociais de transferência de saber” (BRANDÃO, 2007, p. 13).

Assim, posta em múltiplas propostas pedagógicas, com ações elaboradas para acompanhar o sujeito no seu desenvolvimento em qualquer fase da vida, a educação não formal tem vascularidade significativa para a sociedade. Por isso, apresenta adesão às políticas de acesso à educação para idosos, atenuando as mazelas de uma carência social e atendendo ao acesso a um direito inegável (CACHIONI *et al.*, 2015).

Neste artigo, optamos por socializar dados obtidos em documentos e bibliografias sobre a educação não formal e suas potencialidades no caminho de viabilizar a inclusão de idosos nos processos de educação. Para tanto, destacamos alguns itens, compreendidos como indispensáveis e, entre eles, conferimos ênfase às metodologias (auto)biográficas, especialmente por seu caráter formativo, tema vital no campo da educação (PASSEGGI; SOUZA; VICENTINI, 2011).

O primeiro item abordado – “Somos (uma sociedade de) velhos, sim, senhor!” – tem como proposição apresentar um breve perfil do envelhecimento mundial, como também algumas providências sociopolíticas referentes à velhice evidenciadas em legislação específica, salientando os direitos dos idosos à educação.

Para tal, selecionamos recomendações contidas em documentos oficiais produzidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e informações fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Assim, buscamos catalogar as providências brasileiras para a gestão do envelhecimento, tomando como base a legislação específica, prioritariamente o Estatuto do Idoso. Nesse cenário, ressaltamos as garantias referentes ao acesso à educação em qualquer idade.

Na continuação, o item “Olá! (Por favor, me diga) quem é o idoso?” procura delinear um conceito do sujeito idoso. Nesse sentido, buscamos compreender as características desse humano maior de 60 anos e o que demanda ser idoso na contemporaneidade, com a abordagem apoiada em Bosi (1994) e nas considerações de um estado da arte elaborado pelas pesquisadoras Costa, Moraes e Pillotto (2019), com o objetivo de identificar como os sujeitos longevos são nomeados e vistos nos campos de pesquisa.

O terceiro item, “A educação com a/pela velhice: edificando uma inclusão necessária”, pensa uma educação com a efetiva presença dos idosos, em que a velhice se manifesta para além dos seus conteúdos. Etapa que explora práticas educativas alicerçadas na validação da colaboração dos idosos como partícipes da sociedade. Para tanto, apoiamo-nos em Delory-Momberger (2006) e Passeggi, Souza, Vicentini (2011), para refletir sobre a revitalização da educação para idosos, pensando em dar vistas aos processos de emancipação, ao desenvolvimento da autonomia dos sujeitos, conferindo potencialidades da (auto)formação pelas narrativas de suas histórias de vidas. Essa elaboração considera as formações (auto)biográficas como possibilidade para potencializar as práticas educativas com idosos em espaços não formais.

Em “Algumas considerações”, retoma-se o objetivo deste artigo, avultando os principais resultados deste estudo.

Somos (uma sociedade de) velhos, sim, senhor!

O envelhecimento da humanidade tem mobilizado grandes mudanças estruturais na administração dos países em tempos contemporâneos. A redução da natalidade, a conquista da longevidade e o histórico das migrações mantiveram um compasso de grandes alterações que rapidamente afetou o cenário social, econômico e cultural (ONU, 2019).

A ONU, órgão internacional que trabalha, sob a sigla dos povos das nações unidas, voluntariamente pela paz e pelo desenvolvimento mundial, em 1982 diagnosticou que a humanidade caminhava para uma modificação demográfica inconvertível. Em suas previsões, a probabilidade para os números da população de idosos na faixa acima dos 80 anos deveria quadruplicar até o ano de 2050 em alguns países (COSTA, 2019). Diante disso, a organização, que já vinha acompanhando o cenário do envelhecimento global, em 2002, por meio da Declaração Política e do Plano de Ação Internacional de Madri sobre Envelhecimento (MIPAA), estabeleceu um plano de ação para o envelhecimento dos sujeitos, orientando mudanças de gestão e a construção de políticas públicas aos seus países filiados (ONU, 2002).

Segundo o relatório *Quarta revisão e avaliação do Plano de Ação Internacional de Madri sobre Envelhecimento*, informação disponibilizada na página *online* da ONU, o plano MIPAA adotado na Segunda Assembleia Mundial do Envelhecimento de Madri, em 2002, é reatualizado a cada cinco anos (ONU, 2020b). A estratégia segue continuamente um calendário de trabalhos que buscam, de maneira prioritária, a implementação de medidas em atualizações que envolvam toda a sociedade. Quanto às ações atuais dirigidas para a quarta revisão do plano, prevista para 2022, a ONU (2020b)

publica que hoje “o processo envolve um novo elemento participativo ‘de baixo para cima’, envolvendo a sociedade civil e os idosos, projetado para ajudar os Estados Membros a receber *feedback* sobre as políticas e programas que implementaram”.

A agenda atual traz o anúncio do United Nations General Assembly Open-ended Working Group, encontro organizado com o objetivo de fortalecer a proteção dos direitos humanos dos idosos. No informativo da *Décima Primeira Sessão de Trabalho*, prevista para ocorrer na cidade de Nova York em abril de 2020, as abordagens são dirigidas para o direito dos idosos à educação. O documento registra uma chamada para a sociedade civil, anunciando em pauta algumas questões norteadoras:

1. Quais são as definições dos direitos dos idosos à educação, formação, formação ao longo da vida, aprendizagem e capacitação na legislação nacional do seu país? Ou como deveria ser definido, considerando o quadro jurídico nacional, regional e internacional existente?
[...]
3. Quais são as medidas que devem ser adotadas pelo Estado para respeitar, proteger e cumprir os direitos dos idosos à educação, formação, aprendizagem ao longo da vida e reforço das capacidades, em relação aos elementos normativos, conforme fornecido acima?
[...]
6. Quais são as melhores práticas e principais desafios enfrentados pelo seu país na adoção e implementação do quadro normativo? (ONU, 2020a, tradução nossa).

Dessas sessões registradas pela ONU (2020a; 2020b), interessa-nos particularmente acompanhar as discussões sobre a implementação de práticas educativas com/para idosos. Em outras palavras, buscamos acessar informações derivadas de orientações ou outras reflexões acerca das medidas já adotadas em outros países, sobretudo seus avanços, como uma investigação voltada para as práticas educativas que vislumbram acesso a uma sociedade de direitos equitativos.

Recentemente, a ONU atualizou o *World Population Prospects*, relatório de acompanhamento do envelhecimento mundial, sendo a 26.^a rodada de estimativas e projeções oficiais da população das Nações Unidas preparadas pela Divisão de População do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da Secretaria das Nações Unidas (ONU, 2019).

Nesse documento, a ONU declarou que em 2019 se identificava um cidadão(ã) maior de 65 anos a cada 11 pessoas, o que significa dizer que atualmente cerca de 10% da população mundial é idosa. Em 2050, a probabilidade indica que haverá uma pessoa maior de 65 anos em cada grupo de seis pessoas no mundo, atingindo 16% da população mundial. Esse número pode ser ainda maior se, diferentemente da ONU, em vez de considerar a população de idosos como adultos

maiores de 65 anos, a idade foi reduzida para maiores de 60 anos, conforme alguns países em desenvolvimento (ONU, 2019).

No Brasil, a pirâmide etária disponibilizada pelo IBGE, em uma comparação estabelecida entre 2012 e 2018, anuncia queda nos registros do número de brasileiros residentes menores de 30 anos de idade: “Em 2012 essa estimativa era de 47,6%, passando para 42,9% em 2018” (IBGE, 2020). No outro extremo da pirâmide, a análise publicada afirma que o indicativo referente à quantidade de brasileiros acima de 30 anos de idade “registrou um crescimento em 2018, atingindo 57,1% – estimativa maior que a de 2012, [quando alcançou] 52,4%” (IBGE, 2020). Contudo, os levantamentos demográficos indicam que nossa população variou gradualmente para um número populacional de menos jovens, contra um aumento daqueles maiores de 30 anos.

Observa-se que estamos envelhecendo velozmente. Em 2018, as informações do IBGE (2020) sinalizavam que os brasileiros residentes maiores de 60 anos já representavam 15,4% da população. Nessa faixa etária o perfil feminino é maioria, de 8,4%. Em decorrência disso, foram promulgadas a Lei n.º 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso (BRASIL, 1994), criando o Conselho Nacional do Idoso e outras providências; e o Estatuto do Idoso, instituído pela Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003 (BRASIL, 2003). Ambas estabelecem que o cidadão com mais de 60 anos completos é considerado idoso. Portanto, ao alcançar esse tempo de vida, acaba por ser um adulto formado e, com isso, ingressa na terceira idade e tem um novo grupo de direitos garantidos.

Quanto ao direito à educação, foi estabelecida na Política Nacional do Idoso (BRASIL, 1994), no seu Capítulo IV, das Ações Governamentais, inciso II, na área de educação, orientações voltadas para:

- a) adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso;
- b) inserir nos currículos mínimos, nos diversos níveis do ensino formal, conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre o assunto;
- c) incluir a Gerontologia e a Geriatria como disciplinas curriculares nos cursos superiores;
- d) desenvolver programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;
- e) desenvolver programas que adotem modalidades de ensino à distância, adequados às condições do idoso;
- f) apoiar a criação de universidade aberta para a terceira idade, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber (BRASIL, 1994).

Por conseguinte, o Estatuto do Idoso, entre as condições preliminares e a constituição de direitos fundamentais, estabelece, no seu artigo 46.º: “A política de atendimento ao idoso far-se-á por meio do conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios” (BRASIL, 2003). Registro indicativo de que há (ou deveria haver) no Brasil a estruturação de uma rede intergovernos, para assistir e prover os direitos dos idosos, bem como a generalização de espaços em possíveis parcerias público-privadas, ou seja, redes habilitadas a atender a tais questões (COSTA, 2019). Porém, no Capítulo V, artigos 20 a 25 e parágrafo único, do Estatuto do Idoso, que instrui sobre o ingresso na educação, cultura, esporte e lazer (BRASIL, 2003), destacam-se:

Art. 20. O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

Art. 21. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados (BRASIL, 2003).

Vimos, portanto, que a legislação faz considerações ao idoso, sugerindo ações de valorização e (res)significação de seu papel social, indicando sua importância para a preservação de nossas culturas, bem como prevendo que seja considerado e inserido nos processos educativos (COSTA, 2019). No entanto, a força da lei não foi suficiente para mobilizar a sociedade a tecer a inclusão do sujeito idoso, visto que são escassas as ofertas educativas para e com os maiores de 60 anos, como também insuficientes as medidas para a formação profissional especializada (CACHIONI *et al.*, 2015). Em decorrência do exposto, para pensar sobre a educação para e com os idosos, faz-se necessário buscar compreender as características desse humano maior de 60 anos e o que demanda ser idoso na contemporaneidade.

Olá! (Por favor, me diga) quem é o idoso?

De modo geral, há ausência significativa de argumentos que definam com mais abrangência os sujeitos velhos ou idosos nas publicações científicas que fazem referência à fase da vida daqueles que vivem mais. Essa carência por uma definição que atinja as pessoas de maneira integral, para além da exclusiva marca dos 60 anos, nos motivou a produzir, em 2019, um estado da arte tomando como base o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), na busca de identificar como os sujeitos longevos são nomeados e compreendidos nos campos de pesquisa (COSTA; MORAES; PILLOTTO, 2019).



Foram selecionadas na pesquisa as produções de todas as áreas das ciências, publicações revisadas por pares, tomando os descritores *idosos*, *velhos*, *terceira idade* e *pós-fase adulta* (COSTA; MORAES; PILLOTTO, 2019) para evidenciar como os sujeitos longevos são compreendidos. Assim, apontamos:

[...] as definições em torno dos sujeitos idosos se fazem derivadas dos [...] objetivos, métodos e metodologias [das pesquisas levantadas]. Conseqüentemente, por conta da maioria dessas pesquisas estarem dentro das áreas da Saúde e da Psicologia, percebemos que a definição deste sujeito longevo surge, em grande parte, refletida a partir dos resultados das aplicações de testes clínicos e psicológicos. Situações em que o sujeito idoso acaba por ser resumido à condição criada pelo universo da pesquisa, pois as produções avaliam isoladamente resultados do desempenho de um corpo físico, sem considerar a sua integridade emocional, afetiva, social, cultural entre outras possíveis considerações do universo humano (COSTA; MORAES; PILLOTTO, 2019, p. 129).

Identificamos nas publicações consultadas que a maioria das definições postas consiste em apresentar aqueles homens de muitas fragilidades, desgastes e debilidades (COSTA; MORAES; PILLOTTO, 2019). Todavia, ponderando sobre a obviedade de que o humano é muito mais do que suas limitações, preferimos tomar esse dado como um indicativo de que ainda há muito a que ser feito, prioritariamente no campo de pesquisa das humanidades.

Os resultados do levantamento propiciaram olhar os idosos para além da categoria de dependência a que ficam reduzidos. Compreendemos que não é possível categorizar um ser humano nem diminuir suas potencialidades, e alinhamos reflexões sobre o envelhecimento como uma etapa da condição humana a ser vivida.

Portanto, tratar da valorização do papel social dos idosos é também estimular a abertura de olhares, pois a replicação de uma cultura que os julga incapazes faz com que os sujeitos maiores de 60 anos se recusem a valorizar essa fase da vida. Bosi (1994) ressalta em seus estudos que a velhice é desenhada na processualidade das relações e, por esse viés, pode muitas vezes chegar acompanhada de sofrimento, em uma elaboração pessoal de esvaziamento. “Os velhos postos à margem da ação, rememoram, fatigados da atividade. O que foi sua vida senão um constante preparo e treino de quem irá substituí-los?” (BOSI, 1994, p. 76).

Logo, os idosos são sujeitos que produzem e se produzem, ou melhor, são formados na relação social. Independentemente do ritmo pessoal, os idosos são tecidos de/em relações integrais. Além disso, é indispensável considerarmos, conforme Brandão, Silva e Rebelo (2003), que em

diferentes tempos e espaços esses sujeitos com 60 anos completos assumem e constituem uma variedade de papéis na sociedade, em posturas que

[...] diferem, alterando a sua posição individual no grupo conforme a sua cultura, incluindo direitos e obrigações que configuram seu comportamento social. *A posição ou status na sociedade é fato que marca o começo e o fim do desempenho social* (BRANDÃO; SILVA; REBELO, 2003, p. 20, grifo nosso).

Assim, avaliando que a cada dia mais a população mundial será constituída de um percentual de idosos que se amplia gradativamente e que nossas relações estarão estabelecidas em uma sociedade que envelhece, a educação ampla e irrestrita é um caminho para formar e propagar as iniciativas para as mudanças no (re)conhecimento e/ou na (res)significação dos idosos e de nosso envelhecimento social.

A educação com a/pela velhice: edificando uma inclusão necessária

Na contemporaneidade, segundo Passeggi, Souza e Vicentini (2011), as histórias de vida têm adquirido crescente valor como exemplos a serem seguidos. Essa constatação fez-nos considerar que as relações formativas estabelecidas no entremear das narrativas constituídas na produção e no registro das histórias de vida também poderiam abarcar as ações e os saberes daqueles que vivem mais e que, se essas experiências de (auto)formação biográficas ocorressem em propostas educativas, seria possível tratar da edificação de uma educação em que as questões associadas à velhice estariam manifestadas em suas práticas e seus conteúdos.

Porém, antes de abordar as potencialidades dessas experiências de (auto)formação biográfica e de suas metodologias narrativas como práticas educativas, seguimos orientadas pelas exposições do estudo de Cachioni *et al.* (2015), que evidencia em seus levantamentos as experiências em encontros intergeracionais desenvolvidas em práticas educativas das Universidades Abertas à Terceira Idade (UnATIs), ou também, conforme o levantamento de Silva, Silva e Rocha (2017), nas Universidades da Terceira Idade (UnTIs).

As UnATIs e/ou as UnTIs são experiências alternativas e multidisciplinares em educação de idosos implementadas no Brasil. Geralmente, estão condensadas em atividades da modalidade de educação não formal, estabelecidas nos espaços/tempos da extensão comunitária e/ou na área de pesquisa das universidades e/ou institutos de ensino superior (IES) (SILVA; SILVA; ROCHA, 2017).

Essas práticas educativas, conforme Cachioni *et al.* (2015), são encontros constituídos na inter-relação de saberes. Oportunidades estabelecidas, muitas vezes, na troca de papéis, durante os diálogos entre o grupo do saber técnico-científico e o outro grupo, o da experiência de vida. Desse modo, os pesquisadores estabelecem práticas educativas para/com idosos haja vista a diversidade de escolhas metodológicas. Por isso, escrevem: “Deve-se encorajar uma apropriação ativa e crítica, em vez do acúmulo estático de conhecimento por parte dos idosos. Os conteúdos discutidos precisam ter significado e relevância para os alunos” (CACHIONI *et al.*, 2015, p. 100).

Ainda, de acordo com Cachioni *et al.* (2015, p. 100), mesmo tendo as UnATIs uma “configuração privilegiada para diversas ações gerontológicas, há muito o que avançar nas discussões sobre os melhores métodos e práticas para o estabelecimento do processo de ensino”. Essas práticas são indícios de que, mesmo em programas de educação permanente para o idoso, há pouco debate sobre os procedimentos pedagógicos e sobre a avaliação de seus participantes. Com base nessas informações, na tentativa de buscar caminhos para a (re)implementação de uma educação para/com idosos, consideramos que, frequentemente, as pessoas vêm tornando-se referência para derivar as construções sociais em lugar das velhas instituições (PASSEGGI; SOUZA; VICENTINI, 2011).

Nesse viés, faz-se cada vez mais frequente tomarmos como modelo a vida de intelectuais, atletas e/ou personalidades da mídia. Trata-se de uma procura por referências em histórias de vida com atributos de sucesso e superação. É como sinalizam Passeggi, Souza e Vicentini (2011, p. 371): “Essa busca da história de vida do outro ultrapassa os limites da curiosidade gratuita para se tornar uma busca de padrões de comportamento”.

Com base nessas constatações, percebemos a incidência da valorização das biografias como desencadeadoras de processos de autoformação. Ou seja, “entre a imposição de modelos biográficos e o gerenciamento da própria vida” (PASSEGGI; SOUZA; VICENTINI, 2011, p. 371), estamos elaborando nosso constructo biográfico.

A formação biográfica como possibilidade de aprender/ensinar é percurso e um dispositivo calçado nas narrativas de histórias de vida e pode ser usada, por sua fundamentação, para incluir os idosos na construção dos saberes compartilhados nas propostas educativas. Uma pedagogia possível de ser estabelecida em todo o espaço educativo, mesmo para inserir os idosos e seus saberes nas propostas elaboradas na educação não formal.

As propostas educacionais com dispositivos narrativos provocam a criação de espaços de “objetivação crítica e de compreensão” (DELORY-MOMBERGER, 2006, p. 363). Delory-

Momberger (2006) orienta-nos a compreender que o exercício (auto)biográfico dá acesso a uma negociação constante entre mim e si mesmo, mas também entre mim e a presença dos outros.

O potencial reflexivo das produções (auto)biográficas, tal como as narrativas de si, foi motivação para que muitos pesquisadores brasileiros adotassem tais produções em suas práticas, nos campos de pesquisa e/ou nos ateliês de formação, na área de educação (PASSEGGI; SOUZA; VICENTINI, 2011).

No entanto, há uma grande variação nos modos como esses dispositivos são operacionalizados. De maneira geral, conforme publicam Passeggi, Souza e Vicentini (2011, p. 371), esses modos envolvem a aplicação de dispositivos discursivos elaborados com e/ou na efetuação da história de vida dos pesquisadores e/ou pesquisados. Não se objetiva

[...] encontrar nas escritas de si uma “verdade” preexistente ao ato de biografar, mas de estudar como os indivíduos dão forma a suas experiências e sentido ao que antes não tinha, como constroem a consciência histórica de si e de suas aprendizagens nos territórios que habitam e são por eles habitados, mediante os processos de biografização (PASSEGGI; SOUZA; VICENTINI, 2011, p. 371).

Portanto, as práticas que fomentam a elaboração de aprendizagens num espaço crítico-reflexivo tramado nas frestas do diálogo entre mim e o outro consideram os seus interlocutores, respeitando seus ritmos, suas apropriações e o movimento de suas manifestações memoriais, condensando as possibilidades dos campos de educação não formal com as demandas de uma educação que necessita aprender a enredar em si as riquezas das vidas daqueles que já viveram mais.

Algumas considerações

Retomando o objetivo deste artigo, socializar resultados de um estado do conhecimento indicando importantes elementos documentais e considerações de autores que defendem metodologias que garantem a expressão nas histórias (auto)biográficas dos sujeitos, especialmente dos idosos, valem algumas reflexões. O levantamento documental e bibliográfico recolheu pistas como sinais a se levar em conta quando pensamos os caminhos para atingir a efetivação desse direito inegável a toda a sociedade e, emergencialmente, aos idosos.

Tomamos por premissa o fato de que a longevidade atingiu a humanidade. Com isso, o envelhecimento populacional trouxe-nos um recíproco alargamento da vida. Consideramos também que somos formados nas nossas relações sociais, conforme aponta Brandão (2007). A valorização do papel dos idosos, cada vez mais presentes em nossas vidas, é dependente das (re)validações possíveis nas interações que surgem nas práticas educativas.



Nesse sentido, buscamos perceber os idosos como seres integrais, constituídos nessa mesma fórmula relacional que nos efetua, porém esses homens que vivem mais têm em suas histórias de vida outros tantos saberes e sentidos que por muito nos escapariam, senão tivéssemos a oportunidade de lhes dar escuta. Pensar a instrumentalização de uma educação para/com os idosos não é uma emergência social de um grupo isolado, aqueles com 60 anos completos. Essa é a demanda de uma população global, de todos os grupos sociais e culturais.

Indiciamos que a educação não formal possui aportes para fazer acolhimento a essas elaborações, pois é modalidade educativa vascularizada por todo o território de nosso país, e, principalmente, possui na disponibilidade de seus participantes os pressupostos para a elaboração de propostas educativas de inclusão.

Valorizar a relação dialógica, aprendendo com a elaboração narrativa e a escuta, é nossa inquietação movente para trazer à tona nessa reflexão as propostas educativas (auto)biográficas visando construir/inventar/movimentar histórias e sentidos, como também tempo/espacos da construção de si no diálogo com o outro.

Concluimos que promover uma educação para/com idosos implica mudanças de atitude social, sugere o imediato reconhecimento da condição de viver o envelhecimento. Portanto, pondera-se estabelecer a (res)significação do papel social do idoso. Produzir conhecimento sobre o envelhecimento e sobre o papel social do idoso e socializá-los não é tarefa futura. A implementação de ações sistemáticas que mobilizem essa educação é atual e contemporânea.

Nota

¹ Essa reflexão toma por base a experiência do campo de pesquisa desenvolvida em um espaço de educação não formal com idosos para a dissertação publicada em 2019 (COSTA, 2019).

Referências

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. 49. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos.)



BRANDÃO, Juliana da Silva; SILVA, Marlene D.; REBELO, Rosana A. *A vida na maturidade: uma contribuição à educação permanente*. Blumenau: Nova Letra, 2003.

BRASIL. *Lei n.º 8.842, de 4 de janeiro de 1994*. A Política Nacional do Idoso. Brasília, 4 jan. 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.htm. Acesso em: 3 jan. 2020.

BRASIL. *Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003*. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, 1.º out. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm. Acesso em: 3 jan. 2020.

CACHIONI, Meire *et al.* Metodologias e estratégias pedagógicas utilizadas por educadores de uma universidade aberta à terceira idade. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 81-103, jan./mar. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362015000100081. Acesso em: 3 jan. 2020.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). *Portal de Periódicos*. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em: 3 out. 2019.

COSTA, Rita de Cássia Fraga da. *Artesania: formação cultural, construções identitárias e experiências sensíveis na terceira idade*. 159f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2019. Disponível em: https://www.univille.edu.br/account/mestradoedu/VirtualDisk.html/downloadDirect/1502804/Rita_de_Cassia_Fraga_da_Costa.pdf. Acesso em: 28 jan. 2020.

COSTA, Rita de Cássia Fraga da; MORAES, Taiza Mara Rauen; PILLOTTO, Sílvia Sell Duarte. Idoso, terceira idade, pessoa na pós-fase adulta: como a ciência nomeia o passar do tempo de vida e seus sujeitos? *In: ENCONTRO DO PROLER DE JOINVILLE*, 25., 2019; SEMINÁRIO DE PESQUISA EM LINGUAGENS, 10., 2019. *Anais [...]*. Joinville: Editora Univille, 2019. p. 116-131. Disponível em: <http://prolerjoinville.blogspot.com/2019/12/anais-do-proler-2019-10-seminario-de.html>. Acesso em: 28 jan. 2020.

DELORY-MOMBERGER, Christine. Formação e socialização: os ateliês biográficos de projeto. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 359-371, maio/ago. 2006.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pirâmide Etária*. IBGE, 2020. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18318-piramide-etaria.html>. Acesso em: 5 fev. 2020.



ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Décima Primeira Sessão de Trabalho*. ONU, 2020a. Disponível em: https://social.un.org/ageing-working-group/documents/eleventh/Guiding%20Questions_NormativeFramework_Education%20et%20al.pdf. Acesso em: 22 fev. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Quarta revisão e avaliação do Plano de Ação Internacional de Madri sobre Envelhecimento*. ONU, 2020b. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/ageing/fourth-review-and-appraisal-of-the-madrid-international-plan-of-action-on-ageing-2002.html>. Acesso em: 22 fev. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Plano de Ação Internacional de Madri (MIPAA)*. ONU, 2002. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/ageing/madrid-plan-of-action-and-its-implementation.html>. Acesso em: 5 fev. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *World Population Prospects*. ONU, 2019. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/>. Acesso em: 5 fev. 2020.

PASSEGGI, Maria da Conceição; SOUZA, Elizeu Clementino de; VICENTINI, Paula Perin. Entre a vida e a formação: pesquisa (auto)biográfica, docência e profissionalização. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 369-386, abr. 2011.

SILVA, Flora Moritz; SILVA, André Thiago Dias da; ROCHA, Rudimar Antunes da. Onde estão as UNTI das Universidades Públicas Federais do Brasil. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 17., 2017, Mar del Plata. *Anais* [...]. 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181218/101_00171.pdf?sequence=1. Acesso em: 22 fev. 2020.

WERTHEIN, Jorge. *Fundamentos da nova educação*. Brasília: Unesco, 2000. (Cadernos Unesco; Série Educação; 5). Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000129766>. Acesso em: 22 fev. 2020.

Recebido em: 27 fev. 2020 / Aprovado em: 15 abr. 2020

Cite como (ABNT NBR 6023:2018)

COSTA, Rita de Cássia Fraga da; MORAES, Taiza Mara Rauen; PILLOTTO, Silvia Sell Duarte. A Educação para/com idosos: caminhos alternativos de inclusão social. *Dialogia*, São Paulo, n. 34, p. 139-152, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/Dialogia.N34.16698>.

